Subjetividades em relação: diálogos entre o modelo praxiológico da Comunicação e perspectivas feministas do Sul Global

Subjectivities in relation: dialogues between the praxiological model of Communication and feminist perspectives of the Global South

NATHÁLIA DE SOUSA FONSECA
Universidade Federal do Pará
Doutoranda em Ciências da Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCom) da Universidade Federal do Pará. Integrante do Grupo de pesquisa Comunicação, Política e Amazônia (Compoa). Bolsista Capes.

DANILA GENTIL RODRIGUEZ CAL
Universidade Federal do Pará (UFPA)
Doutora em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia e da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Pará (UFPA). Líder do grupo de pesquisa "Comunicação, Política e Amazônia".

ROSÂNGELA ARAÚJO DARWICH
Universidade da Amazônia (Unama)
Doutora em Psicologia: Teoria e Pesquisa do Comportamento (UFPA). Estágio pós-doutoral na Universidade Protestante de Freiburg (Alemanha). Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC) e do curso de graduação em psicologia da Universidade da Amazônia (Unama).

RESUMO

Este artigo discute como os processos comunicacionais, em interface com perspectivas feministas do Sul Global, corroboram com a construção de um olhar crítico às formas de dominação e mais sensível às resistências e redes de solidariedade do que as noções feministas hegemônicas. Para isso, traçamos um panorama do modo como a colonialidade do saber se materializou na distribuição desigual entre as mulheres, estabelecendo uma sujeita do feminismo a partir da noção universalista partidária do movimento que toma o ocidente como sujeito absoluto – reverberando diretamente na produção de conhecimento feminista. Discutimos ainda o papel da comunicação na construção, contestação e subversão de sentidos, tecendo reflexões a partir de inquietações de teóricas feministas descentralizadas. Por fim, argumentamos que a forma pela qual os processos comunicacionais, na afetação do comum, podem possibilitar a construção de novos sentidos, mais plurais e sensíveis às vozes anteriormente negligenciadas.

Palavras-chave: Processos Comunicacionais, feminismos, Sul Global.

ABSTRACT

This article discusses how communication processes, in interface with feminist perspectives from the Global South, corroborate the construction of a critical look at forms of domination and more sensitive to resistance and solidarity networks than hegemonic feminist notions. For this, we draw a panorama of the way in which the coloniality of knowledge materialized in the unequal distribution among women, establishing a subject of feminism from the universalist notion of the movement that takes the West as an absolute subject - reverberating directly in the production of feminist knowledge . We also discussed the role of communication in the construction, contestation and subversion of meanings, weaving reflections from the concerns of decentralized feminist theorists. Finally, we argue that the way in which communicational processes, in the affect of the common, can enable the construction of new meanings, more plural and sensitive to voices previously neglected.

Keywords: communicational processes, feminisms, Global South.

INTRODUÇÃO

A relação entre o colonialismo e a produção acadêmica feminista Ocidental produziu, a partir da diferença colonial, duas mulheres: a mulher hegemônica, do Primeiro Mundo, e a subalterna, do Terceiro Mundo. Esse antagonismo parte das vozes do Norte Global, que constroem a si mesmas como universais enquanto constroem as mulheres do terceiro mundo como suas Outras. Nesse movimento, a produção acadêmica – que parte de um olhar ocidental – busca enquadrá-las em categorias analíticas, como divisão sexual do trabalho, família, reprodução, patriarcado (MOHANTY, 1988). Esse movimento analítico não apenas apagou a particularidade das vivências dessas mulheres, mas as construiu como passivas, domésticas e incapazes de reconhecer os mecanismos de opressão aos quais estão submetidas.

Frente a esse cenário, buscamos realizar neste artigo aproximações entre perspectivas feministas que questionam essa colonialidade do saber e o modelo praxiológico dos estudos em Comunicação, que a entende como um processo constituinte de sujeitos, sentidos e que participa da construção de um comum (QUÉRÉ, 2018; FRANÇA, 2008). O objetivo é compreender como os processos comunicacionais, em interface com perspectivas feministas do Sul Global, podem corroborar com a construção de um olhar crítico às formas de dominação e mais sensível às resistências e redes de solidariedade do que as noções feministas hegemônicas.

Ao discutir comunicação, trabalhamos com uma perspectiva abrangente e que não enfoca apenas as interações oriundas dos *media*, mas, ao invés disso, observa o processo comunicativo em seu potencial de construção, afetação e mesmo subversão dos sentidos tecidos na sociedade. Exploramos o paradigma relacional ou praxiológico da Comunicação, a partir da aproximação com as perspectivas feministas descentralizadas como uma prática de sujeitas[1] em comunicação (FRANÇA, 2003; 2016): lançando luz sobre o papel dos processos comunicativos na construção, contestação e subversão de sentidos acerca das sujeitas do feminismo. Para isso, parte-se da reflexividade de G. H. Mead na configuração do *self* por meio dos processos de interação social, que nos fornece a base para pensar a comunicação como um processo relacional na qual os sujeitos constroem sentidos acerca da realidade e se situam nela (FRANÇA, 2008).

Este artigo está dividido em três seções principais. Na primeira, apresentamos a crítica realizada por autoras do Sul Global à universalidade com a qual as perspectivas feministas hegemônicas construíram a si mesmas como sujeitas – enquadrando, por consequência, todas as mulheres que não compartilhavam de suas características e experiências como Outras. Em seguida, explicamos a visada comunicacional que anima este trabalho, com a finalidade de explicitar de que forma ela se oferece como alternativa ao universalismo contestado pelas autoras do Sul Global. Por fim, traçamos um paralelo entre as duas linhas teóricas exploradas

neste trabalho, para desvelar de que forma elas se complementam e, em diálogo, oferecem-nos uma lente complexa de análise e subversão das desigualdades sociais.

IGUALDADE, DIFERENÇA E AS SUJEITAS DO FEMINISMO

"O que tem validade enquanto conhecimento?", questão emprestada de Donna Haraway (1995), tem sido foco de uma variedade incontável de trabalhos. Dentre os que mais reverberaram, optamos por partir das técnicas políticas de construção hierárquica que determinaram a colonialidade do saber (QUIJANO, 2005). Quijano (2005) identifica um novo padrão de poder, que se origina no processo de colonização e no estabelecimento do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado, que, somado a um terceiro elemento, constitui a tríade de dominação colonial: a raça.

> Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de *raça*, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo. Esse eixo tem, portanto, origem e caráter colonial, mas provou ser mais duradouro e estável que o colonialismo em cuja matriz foi estabelecido (QUIJANO, 2005, p. 227).

Ao estabelecer a tríade de dominação colonial como o argumento usado para sustentar a exploração, Quijano (2005) elucida como as hierarquias construídas para essa finalidade fornecem a base para a colonialidade do poder, seja no campo dos conhecimentos, nas relações estabelecidas entre os dois grupos, ou na construção da subjetividade.

Contudo, Quijano (2005) pouco se detém a pensar de forma complexa o papel das mulheres em meio a essas diferenças. Ainda que seja crítico da intrínseca relação entre o colonialismo, o capitalismo e a raça, as reflexões do autor mostram-se pouco sensíveis ao gênero e à forma heterogênea como ele atravessa a vida das mulheres.

Tal qual Quijano (2005) e corroborando com aquilo que ele critica, prevaleceu, por muito tempo, uma homogeneidade na origem do saber feminista. Desde Mary Wolstonecraft com *Os Direitos da Mulher e da Cidadã*, passando por Beauvoir e a Outridade da mulher em relação ao homem e por Betty Friedan em sua *Mística Feminina* e chegando a Carol Hanish e sua declaração de que "o pessoal é político", o saber feminista foi pautado pela dominação dos homens sobre as mulheres a partir da divisão entre público e privado, do acesso a esses espaços, da valorização do trabalho masculino e desvalorização do feminino, dentre outros pontos. Essas perspectivas, sustentadas na colonialidade do saber, construíram uma visão universalista do "*ser* mulher".

Em contrapartida, perspectivas feministas do Sul Global se oferecem como lentes para desestabilizar a hierarquia construída entre as mulheres. Consideramos do "Sul Global" aquelas perspectivas feministas que, apesar de não se constituírem de forma homogênea, partem de realidades distintas para demarcar a pluralidade de saberes e experiências que atravessam as mulheres de acordo com sua classe, orientação sexual, etnia e localização geopolítica, entre outras intersecções.

Contribuindo com Quijano (2005), para que contemplasse de modo mais sólido as desigualdades de gênero, María Lugones (2008) contradiz o olhar que toma o acesso negado à esfera pública como a base universal da dominação dos homens sobre as mulheres. A autora constata que enquanto as mulheres dos países colonizadores estavam relegadas ao lar, nas áreas colonizadas, as relações entre mulheres e homens eram baseadas na solidariedade mútua. Dessa forma, fica "visível a dissolução forçada e crucial dos vínculos de solidariedade prática entre as vítimas da dominação e da exploração que constituem a colonialidade"[2] (LUGONES, 2008, p. 77, tradução nossa).

Portanto, durante o processo de colonização, os colonizadores instituíram a raça, a exploração capitalista e desmontaram essa solidariedade, configurando o que Lugones (2008) conceitua como o sistema moderno/colonial de gênero. As mulheres passaram a viver sob o jugo de múltiplas formas de dominação, mas não sem resistir a elas – e mesmo os homens vítimas da colonização, em sua aliança com os colonizadores, não o fizeram com prazer, mas sob ameaça, muitas vezes de morte.

No entanto, especificamente no que diz respeito às mulheres, as formas de resistência foram apagadas pela colonialidade do saber feminista, moldando o que Chandra Mohanty (1988) conceituou como a construção das "Mulheres de Terceiro Mundo" como monolíticas, subalternas, pouco escolarizadas e religiosas, entre outros adjetivos - o oposto (ou as outras) das empoderadas, escolarizadas e donas de si, "mulheres de primeiro mundo", ou do Norte Global. Isso demarca o enquadramento das mulheres do Sul Global, a partir destes olhares externos à sua realidade, como exclusivamente submetidas a múltiplas formas de poder como dominação, tal qual pode ser observado no quadro a seguir, criado a partir da pesquisa em que Mohanty (1988) analisa como as mulheres do Sul Global eram retratadas por autoras do Norte Global.

QUADRO 1: "Mulheres de terceiro mundo" sob os olhos do Ocidente

AUTORA	PROBLEMA DE PESQUISA	LOCALIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO	VÍTIMAS DE QUEM? VÍTIMAS DE QUÊ?	CONCLUSÃO: AS MULHERES...
Fran Hosken (1981)	Relação entre direitos humanos e mutilação genital	África e Oriente Médio	Do controle sexual masculino, que mutila o prazer e a satisfação feminina	São vítimas do controle sexual masculino.
Beverly Lindsay (1983)	Relações de identificação entre mulheres do terceiro mundo	Países "subdesenvolvidos", Mulheres vietnamitas e afroamericanas.	Subordinadas universais, vítimas da raça, do sexo e da classe social	Do Terceiro Mundo criam laços de solidariedade embasados em sua situação de dependência
Maria Rosa Cutrufelli (1983)	Condição de subalternidade das mulheres africanas	África	Dos sistemas político e econômico; do processo colonial, através do casamento	A prostituição é o único meio de trabalho para as mulheres africanas como *grupo*
Elisabeth Cowie (1978)	Estruturas das relações familiares	Oriente Médio (mulheres árabes e muçulmanas)	Da família patriarcal	Mesmo que ocupem lugares de valor dentro da família, essas mulheres seguem sendo vítimas do "patriarcalismo"
Patrícia Jeffery (1979)	Relação entre "as mulheres" e a religiosidade	Oriente Médio (mulheres islamitas do grupo Pizarda)	Da clausura doméstica (*purdah*)	O *purdah* afeta as relações socioeconômicas dessas mulheres

FONTE: Mohanty, 1988, elaboração das autoras.

A partir do diálogo entre a questão que inicia esta seção e o quadro acima, fica perceptível a necessidade, por parte do Sul Global, do movimento de autorrepresentação em contrapartida à sua subalternização, ao apagamento da complexidade de suas vivências e ao silenciamento de suas experiências (SPIVAK, 2010) imposto através da colonialidade do saber. Diante disso, como o poder estabelecido entre o colonizador e os colonizados não afetaria a validação do conhecimento daqueles postulados como subalternos? Se a subalternização está estabelecida, como desmontar suas estruturas? De acordo com Donna Haraway (1995), tal debate, agonístico mesmo dentro do campo feminista de gênero, pode ser superado por meio do olhar "a partir de" e "para os" saberes localizados.

Seguindo esse raciocínio, o pensamento de Lélia Gonzalez (1988) contribui ao agregar ao marcador de raça as especificidades da América Latina. Gonzalez (1988) defende que o racismo, construído durante o período colonial, representa "a ciência da superioridade eurocristã

(branca e patriarcal)" (GONZALEZ, 1988, p. 71), marcando o que ela denomina "modelo ariano de explicação" como direcionador da produção acadêmica ocidental. Essa visão etnocêntrica alimenta representações de tradições culturais outras à ocidental como selvagens e exóticas, entre outros adjetivos. De acordo com Gonzalez (1988), o racismo foi internalizado pelos colonizados por meio de múltiplas estratégias discursivas que reforçavam a "superioridade" do colonizador, degradando os colonizados não apenas fisicamente, mas também em sua construção subjetiva, por meio da internalização de valores:

> Dessa forma, as sociedades que constituíram a América Latina são herdeiras destas hierarquizações ideológicas que classificam os sujeitos. Sendo racialmente estratificadas, e com isso, garantindo a superioridade dos brancos, estas sociedades dispensam formas abertas de segregação. [...] Um racismo sofisticado que mantém subordinados negros e índios a partir da "ideologia do branqueamento" [articulada nas teorias da miscigenação] (GONZALEZ, 1988, p. 73).

Mobilizamos a perspectiva da autora por compreendê-la como imprescindível para a análise dos feminismos do Sul Global, uma vez que nos fornece base para pensar relações raciais no Brasil e, de modo geral, na América Latina, complexificando o olhar acerca da constituição das sujeitas do feminismo, das opressões e mesmo da resistência.

Em consonância com Gonzalez (1988), Marlise Matos (2010) defende a proficuidade de pesquisas que partam do que conceitua como um modelo altermundialista, ou seja, que tratem a luta feminista de modo internacional contra o neoliberalismo que se institui no regime capitalista global e que busque justiça social através da consideração das particularidades locais e sua relação com o global. A autora reforça, ainda, que mobilizar a prática política e teórica das autoras do Sul Global fornece subsídios para feminismos mais horizontalizados e que se preocupem para além das fronteiras das nações.

A partir do que foi apresentado, argumentamos que as perspectivas feministas do Sul Global reivindicam um processo de visibilização, discussão e reconstrução dos sentidos subalternizantes.

PROCESSOS COMUNICACIONAIS E A POSSIBILIDADE DE CONFIGURAÇÃO DO COMUM

Se os sentidos tecidos sobre a base do pensamento colonial foram estabelecidos como universais, é necessário contestá-los. Percebemos a comunicação tanto como a base do processo que refletiu no reforço à subalternização das mulheres do Sul Global, quanto como o ambiente

através do qual novas gramáticas podem ser formuladas, pois as "palavras não são gratuitas, nem se equivalem; elas trazem sentidos que conformam nossa apreensão e compreensão dos fatos do mundo" (FRANÇA, 2008, p. 71), o que ocorre de modo conjunto, em ações que se referenciam reciprocamente.

Compreendemos a comunicação como uma prática capaz de pôr em cena as sujeitas como ativas no mundo comum, tecendo sentidos sobre sua realidade e configurando a si mesmas – em contrapartida às definições externas, mas em interação com elas –, tomando-as como sujeitas em constante interação e afetação mútua. Essa noção emerge do paradigma relacional (FRANÇA, 2016) ou praxiológico (QUÉRÉ, 2018), que tem como base a perspectiva do interacionismo simbólico, desenvolvida por G. H. Mead (1863-1931).

Mead, segundo França (2008), não percebe a sociedade como algo externo e desconectado dos sujeitos, mas como um "contexto objetivo de ação", construído nas interações entre seus membros.

> A sociedade, para Mead, não é uma totalidade exterior ou transcendente aos indivíduos, mas um *contexto objetivo de ação*; ela existe através da atividade cooperativa de seus membros, dos atos e trocas efetuadas em comum. A vida social promove e requer dos indivíduos uma personalidade social: os membros da sociedade são dotados de um *self*, um si mesmo unitário (embora flexível) que orienta e avalia sua ação concertada (FRANÇA, 2008, p. 74, grifo nosso).

Este *self* que marca a subjetividade em constante interação social é constituído socialmente. Podemos compreender como a personalidade dos sujeitos se forma e se manifesta socialmente a partir da interação entre o "eu" – a instância criativa, "a fonte não regulamentada" (HONNETH, 2003, p. 130) das ações dos sujeitos – e o "mim" – a "imagem cognitiva que o sujeito recebe de si mesmo, tão logo aprenda a perceber-se na perspectiva de uma segunda pessoa" (HONNETH, 203, p. 133). Desse modo, o "mim" conforma o olhar internalizado do outro generalizado; a maneira como a reação dos interlocutores os afeta mutuamente.

> O self não é simplesmente uma construção social (a importância de um modelo do exterior para o interior), mas o resultado de um embate – e ele apenas se torna possível pela intervenção do espírito. Este último, por sua vez, consiste na consciência reflexiva, na possibilidade de autoavaliação permanente do self, que se realiza graças à capacidade ou função de falar a si mesmo da mesma maneira como pode falar a um outro. O espírito é a "inteligência reflexiva do animal humano" (MEAD, 2006, p. 193), e se manifesta "quando o organismo é capaz de apontar significado aos outros e a si mesmo (MEAD, op. cit., p. 205) (FRANÇA, 2008, p. 75).

França (2008) elucida que o processo comunicativo e a linguagem configuram o eixo do trabalho do autor, uma vez que se inserem na construção dos sentidos, tornando a linguagem a materialidade das interações entre o *self* e o *espírito*. Tomada como um ato social, a comunicação configura os gestos – que fazem parte deste ato –, estabelecendo um estímulo para que os

interlocutores participem possibilitando a adaptação da conduta por meio das "modificações de comportamento resultantes das provocações" (FRANÇA, 2008, p. 76), conformando a ação coletiva e a convivência social.

Portanto, os sujeitos interlocutores estão implicados igualmente, pois atuam na produção de gestos que são atualizados na reação diante da ação e assim sucessivamente. Esse movimento gestual imprime sobre o processo comunicativo um caráter reflexivo, pois "um afeta o outro que é afetado pelo um" (FRANÇA, 2008, p. 79), possibilitando um ajustamento por meio da afetação mútua entre um e outro, o que também ilumina a possibilidade de constituição dos processos de agenciamento diante da vida social. A perspectiva interacionista, enfocando ações reciprocamente referenciadas, possibilita a superação das dicotomias que segmentam a vida social e individual (FRANÇA; SIMÕES, 2015).

Quéré (2018), inspirado em Mead, toma essa reflexividade como base para pensar a comunicação a partir do paradigma praxiológico/relacional. França (2003), ancorada em Quéré, sistematiza as especificidades desse paradigma a partir da *natureza* da comunicação, do *papel* da comunicação e dos *sujeitos* da comunicação. No encontro entre as teorias comunicativas e a perspectiva sociológica emergem nuances que incentivam uma nova abordagem da questão comunicacional (FRANÇA; SIMÕES, 2015, p. 83), na qual há "a preocupação com o cotidiano e o resgate das pequenas atividades do dia a dia; a combinação entre valores coletivos e atitudes individuais; a ênfase no trabalho empírico e a utilização de técnicas qualitativas [interessando-se] pelo particular e pelas pequenas ocorrências da vida cotidiana" (FRANÇA; SIMÕES, 2016, p. 84).

Nesse paradigma, a comunicação é um processo; uma prática de construção, reconstrução e transformação de sentidos. Sua *natureza* está inserida na esfera da "ação, da intervenção e da experiência humana" (FRANÇA, 2003, p. 40), e é por meio dessa prática que o mundo é constituído pela humanidade como "o mundo". O *papel* da comunicação é o de constituir e organizar os sujeitos, suas subjetividades e intersubjetividades, assim como a "objetividade do mundo comum e partilhado" (FRANÇA, 2003, p. 40). Logo, o *sujeito* da comunicação é dialógico, afetável, sensível, dotado de experiências e conhecimentos anteriores que afetam seu processo de interação com o mundo e que afetarão e serão afetados pelos processos comunicativos. O papel da linguagem no paradigma relacional é marcado por "uma concepção expressiva e constitutiva" (FRANÇA, 2003, p. 42), pois a linguagem é a materialização da expressão (QUÉRÉ, 2018).

Essa visada nos permite compreender a vida social como uma chave de leitura que observa sua dimensão constitutiva da sociedade, por possibilitar a dinâmica de manutenção e mudança das relações sociais, enfocando a importância dos processos comunicativos (FRANÇA, 2018). Quéré (2018) constrói quatro ações que delineiam a comunicação a partir da reflexividade:

1) Conectando "a objetividade e a subjetividade, a individualidade e a sociabilidade" (QUÉRÉ, 2018, p. 16) – dimensões que se configuram recíproca e simultaneamente e possibilitam a formação de sentidos coletivamente compartilhados a partir da interação no mundo comum e com outros sujeitos;
2) Dispensando as representações predeterminadas que emergem de fora do contexto de ação – visada relacional que prioriza a "atividade organizante", "conjugada dos atores sociais, por meio da qual um mundo comum, um 'espaço público', um campo prático, um sentido compartilhado de uma realidade comum são continuamente modelados e mantidos como condições e resultados da ação" (QUÉRÉ, 2018, p. 16).
3) Associando "o sentido, a racionalidade, a inteligibilidade, [e] a intercompreensão" (QUÉRÉ, 2018, p. 16) à articulação de ações no espaço público, possibilitando práticas conjuntas que emergem das mediações simbólicas compartilhadas entre os sujeitos;
4) Concedendo à linguagem sua expressão constitutiva do comum, por percebê-la como "parte integrante das próprias realidades que permite descrever e relatar" (QUÉRÉ, 2018, p. 17).

Quéré (2018) entende a comunicação como atividade de organização social na qual o comum se configura, de modo que as relações sociais e a própria organização da sociedade sejam reconhecidas como diretamente atravessadas por esquemas comunicacionais. Seguindo esse raciocínio, a perspectiva relacional possibilita compreender a atuação e interferência dos feminismos do Sul no comum construído pelo Norte Global, criando um espaço que nos permita vislumbrar sua ação no mundo a partir das questões que tematizam. As perspectivas delas podem, então, ser analisadas a partir de seu reconhecimento como *sujeitas em comunicação*.

COMUNICAÇÃO RELACIONAL E OS FEMINISMOS SUL GLOBAL

Percebemos a interface entre as demandas levantadas por autoras do Sul Global – como a desconstrução da universalidade feminista ocidental (LUGONES, 2008) e a subversão dos enquadramentos subalternizantes (MOHANTY, 1988) – e a perspectiva relacional como uma proposta analítica profícua para investigações que busquem compreender a interação no sentido da produção de um comum que não ignore, apague ou subjugue as vivências das mulheres no Sul Global, questionando, assim, as bases hegemônicas sobre as quais os feminismos Ocidentais constituíram a si mesmos.

Se a linguagem, no paradigma relacional, é "parte integrante da construção social da realidade" (QUÉRÉ, 2018, p. 31), foi e é por meio dela que a hegemonia do Norte Global se constitui, mas também é por meio dela que pode ser questionada. Da mesma forma que se a outridade da América Latina – e dos demais países colonizados – foi construída por meio da linguagem, em sua materialidade podemos visualizar, de modo mais articulado, a organização do comum e o lugar que ocupamos nele. Portanto, nela podemos vislumbrar a possibilidade de subverter a mudez imputada aos sujeitos subalternos (SPIVAK, 2010). Isso porque, de acordo com Quéré (2018, p. 31-32),

> A linguagem também desempenha um papel importante na compreensão que temos de nós mesmos e de nossas práticas ordinárias. Na verdade, é nela que se torna possível formular o horizonte de valores, a textura das pertinências ou as caracterizações do desejável em função das quais nos orientamos e qualificamos nossas ações e nossas condutas interiores.

Dessa forma, compreendemos os processos comunicativos empreendidos pelas sujeitas como a materialidade desses horizontes valorativos que pode impulsioná-las em direção ao combate às opressões que as interpelam. Vislumbramos na comunicação a possibilidade de publicização de suas próprias narrativas, em contrapartida àquelas hegemônicas e homogeneizantes, desestabilizando o modo pelo qual o discurso dominante nega legitimidade à experiência dos oprimidos (ALCOFF, 2016; AUTOR, 2016). Contudo, Butler alerta que "não existe uma trajetória moral inata em direção ao engajamento, à participação e à emotividade, já que somos seres que, desde o início, tanto amamos quanto resistimos à nossa dependência, e cuja realidade psíquica é ambivalente por definição" (BUTLER, 2020, p. 145). A autora argumenta que mesmo uma postura comunicativa engajada com o outro não necessariamente caminha em direção ao reconhecimento recíproco, mas, ao contrário, pode levar à reificação.

Investigar processos comunicativos a partir do Sul Global nos permite lançar mão do que Sônia Alvarez (2009) define como o movimento de tornar comum empreendido pela *tradução* de realidades. Essa atividade teórica e política permite a concepção de epistemologias que fomentem alianças feministas que abarquem as questões de colonialidade – assim como o racismo e a exploração capitalista, uma vez que o modelo social vigente se construiu sobre essas categorias de diferenciação – e as mulheres concernidas são os sujeitos com maior legitimidade para tematizar suas questões.

Constituímos uma política de tradução ao despudoradamente traficarmos teorias e práticas feministas, cruzando fronteiras geopolíticas, disciplinares e de outras naturezas, trazendo *insights* dos feminismos de latinas, de mulheres de cor e do feminismo pós-colonial do norte das Américas para as nossas análises de teorias, práticas, culturas e políticas do Sul, e vice-versa (ALVAREZ, 2009, p. 743-744, grifo no original).

Por compreender que pesquisar os sentidos que constroem sobre si mesmas permite a análise de sua configuração como sujeitas políticas, tomamos o processo comunicativo como a própria ação de se autoconstruir e, com isso, contestar as construções a partir de olhares externos. Nesse sentido, o paradigma praxiológico nos oferece instrumentos para apreender a comunicação empreendida pelas sujeitas, pois a linguagem é parte das realidades por elas retratadas (QUÉRÉ, 2018). Tal análise não pode prescindir da observação dos contextos socioculturais e valorativos nos quais as sujeitas estão inseridas e do qual participam, como afirma França (2018, p. 98), "analisar relações é captar linhas de força e de fuga" e isso pressupõe recorrer a um desenho conceitual que permita a investigação tanto da produção discursiva e dos seus dispositivos, quanto "das operações e desempenho dos agentes, mas também dos interesses e das questões específicas que estão em causa em cada tipo de interação, bem como de sua inscrição em contextos normativos e axiológicos que são colocados pela sociedade" (FRANÇA, 2018, p. 99). Assim, mesmo as condições de comunicação, de se colocar e de serem reconhecidas como interlocutoras devem entrar em questionamento.

O olhar comunicacional, atrelado às epistemologias do Sul Global, possibilita-nos a realização de investigações para além dos enquadramentos que construíram categorias "tradicionais" e, mais do que isso, a compreensão do mundo que constroem comunicacionalmente, do olhar sobre suas questões e como decidem publicizá-las e resistir à dominação, reescrevendo a historiografia dos movimentos feministas (AMOS; PARMAR, 1984).

Ao realizarmos esse movimento, deslocamos as feministas do Sul Global para o espaço de interlocução (COSTA, 2014), reconhecendo suas vozes não mais como ruídos, mas como audíveis. Dessa forma, a análise comunicacional nos possibilita visualizar a interface entre o comum que tem sido construído pela sua atuação e "o social que se internaliza e conforma o texto; o texto que se externaliza e modifica o campo social e da cultura" (FRANÇA, 2006, p. 18). Isso porque:

> A abordagem comunicacional busca desvelar, nos fenômenos sociais, a presença da comunicação enquanto momento constituidor. Seu objetivo é apreender as relações comunicativas, relações estabelecidas pelas práticas simbólicas, como um espaço de agenciamento e de escolha; um embate entre forças (FRANÇA, 2006, p. 19).

Concebemos essa abordagem como produtiva por permitir a observação da constituição do comum no processo comunicativo empreendido por nossas sujeitas. Dessa forma, a comunicação, enquanto prática e ação no mundo (FRANÇA, 2016) se desloca do olhar dos feminismos hegemônicos por: (1) reconhecer as sujeitas como agentes; (2) permitir identificar quais experiências têm sido publicizadas; (3) considerar de que forma a interação e a alteridade se manifestam; e (4) reconhecer a linguagem como parte do processo interativo e de ação no mundo.

O primeiro ponto, *reconhecer as sujeitas como agentes*, pode ser realizado através da descrição dos tipos de ações que elas realizam – seu reconhecimento enquanto sujeitas ativas e capazes de agenciamento, pois a comunicação é prática, é ação (AUTOR, 2016). Investigar sua atuação nesses moldes desloca nosso olhar da perspectiva hegemônica – que as constrói como politicamente passivas – para um olhar que permite perceber que tipos de ações essas mulheres têm empreendido e a partir de quais operações têm modificado e desenvolvido novas formas de lidar com as experiências.

Para aprofundar esse ponto, é relevante considerar o caráter subjetivo tanto das sujeitas quanto de quem realiza a pesquisa. Enquanto o olhar a partir do Ocidente delimita as experiências de mulheres subalternizadas unicamente ao local da subalternização, mobilizar o pensamento a partir do Sul Global nos oferece a possibilidade de observar o agenciamento como a relação entre a resistência e a opressão, complexificando-a com a inserção do conceito de "subjetividade ativa" (LUGONES, 2003), que provoca a expressão da subjetividade de modo infrapolítico, marcando "a volta para o dentro, em uma política de resistência, rumo à libertação" (LUGONES, 2014, p. 940). Assim, o reconhecimento da capacidade de agenciamento deve ser, ele mesmo, capaz de identificar o histórico de opressões para, dessa forma, conhecer como se tece o agenciamento e ele se converte em resistência.

Para que a realização da pesquisa se desprenda do olhar subalternizante, o movimento infrapolítico, antes de ser buscado no contato com interlocutoras/interlocutores de pesquisa, deve ser realizado por quem realiza a pesquisa. Isso porque, sem a descolonização do olhar, recairemos na própria lógica de assujeitamento criticada por Spivak (2010). Tal movimento, que se concretiza na relação entre o "eu" e o "mim", mostra-se essencial para o deslocamento da visada colonialista.

O segundo ponto, sobre as *publicizações das experiências*, permite a mobilização de um olhar que não apenas as percebe como vítimas dos sistemas de dominação, em sua relação com o Estado ou suas interações cotidianas, mas também possibilita identificar como elas constroem sentidos acerca dessas experiências, como elas as interpretam e de que forma as instrumentalizam.

O âmbito das experiências é caro às teóricas feministas do Sul Global. bell hooks (2015) ressalta como marco do feminismo contemporâneo *A Mística Feminina,* de B. Friedan, que demarcou a experiência de mulheres brancas, escolarizadas e de classes alta e média como o padrão de mulheres concernidas pelas questões feministas. Esse ponto de vista, como explica hooks (2015), descreveu a realidade como se as mulheres negras não existissem, mantendo-as na condição silenciosa marcada pelas violências de gênero, de classe e de raça intersectadas. Embora trate exclusivamente de como isso se manifestou entre as mulheres estadounidenses,

hooks (2015) elucida que essa abordagem unilateral se torna uma das características mais expressivas dos movimentos feministas contemporâneos, que toma as experiências de mulheres brancas como as questões concernentes aos feminismos, apagando simbolicamente as mulheres que não se enquadram nessa categoria.

É por meio da vocalização das experiências dessas mulheres construídas como subalternas (HOOKS, 2015; SPIVAK, 2010) que essas hierarquias serão desveladas e combatidas. Portanto, se a comunicação "produz espaço e oportunidade para novas e diferentes experiências, que não são iguais e nos afetam numa escala de gradação" (FRANÇA, 2016, p. 161), podemos compreendê-la como uma arena central de confronto com as noções universalistas e subalternizadoras.

O terceiro ponto, *interação e alteridade*, é marcado pelo olhar da reflexividade. De acordo com França (2016), na comunicação, nossas interações são marcadas pela dupla afetação, o que nos permite compreender que a interação ao mesmo tempo em que se constitui, modifica os parceiros de interlocução durante o processo, haja vista que vamos construindo e repensando nossa posição na interação e nos reposicionando diante da reação ou da previsão da reação do outro, tudo isso "em decorrência daquilo que fazemos juntos" (FRANÇA, 2016, p. 162). A reflexividade dos processos comunicativos, portanto, permite-nos perceber que a comunicação implica um trabalho de agente, de ação no mundo. Partindo disso, esse ponto se desdobra em duas vias paralelas de observação possíveis para a desconstrução do feminismo hegemônico: a) o comum que se desvela na interação; e b) o comum que está sendo construído em interação. Ambas as vias são atravessadas pela alteridade, uma vez que a reflexividade é intersectada tanto pelo interlocutor quanto pelo outro internalizado, o que afeta a forma como o interlocutor é ouvido, se é considerado ou tem sua voz interpretada a partir da desumanização alimentada pela colonização. A alteridade precisa ser observada a partir de uma visada capaz de apreender a multiplicidade de experiências que afetaram a construção das sujeitas em questão.

Se as narrativas históricas foram construídas de modo a consolidar determinadas sujeitas como subalternizadas e a subjetividade se constrói na interação – o que pode ser observado, por exemplo, na discussão de Gonzalez (1988) sobre a construção intersubjetiva do racismo na América Latina –, as perspectivas descentralizadas também nos oferecem instrumentos para compreender o movimento da subjetividade ativa (LUGONES, 2003) frente às formas de dominação. Trata-se, portanto, de racionalizar o caráter internalizado da matriz colonial de poder na sociedade a ponto de compreender de que modo essas construções são a base da forma como as mulheres – e demais grupos subalternizados – são ouvidas e tratadas na contemporaneidade.

O quarto e último ponto, centrado na *linguagem enquanto espaço de interação*, possibilita a visualização do modo pelo qual as afetações criam a possibilidade de reconstrução de sentidos e é especialmente relevante no que tange à necessidade de abertura para escuta de narrativas que

se deslocam das vozes hegemônicas que pautaram e têm pautado os feminismos no ocidente. Se percebemos as interações como definidas em termos relacionais, compreendemos o comum como atravessado por relações de dominação e resistência que se interseccionam (MOHANTY, 2003). Diante disso, para desestabilizar a hegemonia ocidental, precisamos estar sensíveis às "divisões de gênero, de raça, de classe, de sexualidade e nação" (MOHANTY, 2003, p. 44); se Quéré (2018) percebe a linguagem como o espaço no qual os sentidos se constituem, é nela que se materializam esses marcadores sociais da diferença.

Collins (2016) nos oferece seu olhar *forasteira de dentro* de mulher negra acadêmica, demarcando a importância da atuação de mulheres negras na construção de um olhar que compreenda o quanto de político sua autodefinição carrega, uma vez que as resistências das mulheres ditas subalternas foram ofuscadas por sua definição como tal. É na linguagem que a resistência é definida como tal e, seguindo a crítica de Mohanty (1988), uma análise feminista que se proponha a desestabilizar os feminismos hegemônicos não deve homogeneizar experiências tão diversas, pois tende a incorrer na marginalização e na incompreensão da resistência. Portanto, devemos abrir mão do modelo que orienta as ciências para ignorar as diferenças e, ao invés disso, buscar a "função criativa da diferença em nossas vidas" (LORDE, 2013), em vias de não apenas desestabilizar as definições externas, mas a estrutura Moderno/Colonial que estabeleceu esse olhar como o único digno de legitimidade.

Se as sujeitas possuem capacidade de agenciamento, é também por meio da linguagem que tensionam e reconstroem os sentidos que fundamentam os marcadores sociais de diferenças. Por esse motivo, entendemos como relevante a identificação dos mecanismos de dominação que atravessam as mulheres e as "poderosas histórias de resistência e revolução no dia-a-dia e nos movimentos organizados de liberação. E é esse contorno que define o solo complexo no qual emergem e se consolidam as políticas feministas das mulheres do Terceiro Mundo" (MOHANTY, 2003, p. 44).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Argumentamos que o eixo hegemônico de produção de conhecimento e das demandas feministas delineadas como universais podem ser tensionados a partir dos processos comunicacionais, por meio da prática de sujeitas em comunicação (FRANÇA, 2006). As aproximações entre o modelo praxiológico comunicacional e as perspectivas feministas do Sul Global que empreendemos permitem diálogos teóricos profícuos, mas também se configuram

como gesto teórico-metodológico fundamental, pois denunciam a necessidade de considerar as práticas comunicacionais das próprias mulheres tematizando suas experiências não apenas de dominação, mas também considerando-as como sujeitas políticas. Esse processo atua em duas direções: por um lado, possibilita a desestabilização da hegemonia colonial nos saberes feministas e, por outro, permite o reconhecimento das práticas políticas de mulheres que foram tradicionalmente subalternizadas teórico e empiricamente.

O modelo relacional se oferece, portanto, como eixo norteador para compreensão da mútua afetação e da construção do comum através da linguagem. Nos processos comunicacionais, aquelas mulheres que foram subalternizadas encontram a possibilidade de verbalização de suas experiências, contestando e buscando um novo comum a partir de gramáticas que as considerem sujeitas políticas que, apesar da multiplicidade de formas de opressão, são agentes sobre suas realidades.

Já em relação à contribuição dos feminismos Sul Global à comunicação, percebemos o desvelamento de fraturas no processo de interlocução, que podem afetar a escuta daquele construído como subalterno e desconsiderar sua fala. Diante disso, destacamos a relevância de uma reconstrução epistemológica que se desprenda do modelo Sujeito-Outro Ocidental para tecer relações sociais pautadas na solidariedade. Embora a crítica decolonial se esforce para demonstrar necessárias novas metodologias que se desloquem do modo cartesiano de pensar, reivindicando um movimento de resistência "teórico e prático, político e epistemológico à lógica da modernidade, colonialidade" (BALLESTRIN, 2013, p. 100). Em contato com as perspectivas como a de Quijano (2008), observamos muita crítica aos efeitos do colonialismo e poucas alternativas a suas amarras. A interface entre o modelo relacional e os feminismos Sul Global, nesse sentido, insere-se como uma possibilidade teórico-metodológica e pode fornecer uma ferramenta mais completa para observar as relações sociais, incluindo as intragênero, de uma forma mais ampla e complexa.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Sonia E. *Construindo uma política feminista translocal da tradução*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis: UFSC, v. 17, n. 3, p. 743-753, 2009.

AMOS, Valerie; PARMAR, Pratibha. *Challenging imperial feminism*. Feminist review, Nova York: SAGE Publishing, v. 17, n. 1, p. 3-19, 1984.

BALLESTRIN, Luciana. *América Latina e o giro decolonial*. Revista brasileira de ciência política, Brasília: UnB, n. 11, p. 89-117, 2013.

BUTLER, Judith. *Adotando o ponto de vista do outro: implicações ambivalentes*. HONNETH, Axel. Reificação: um estudo de teoria do reconhecimento. Editora UNESP, 2020, p. 104-128.

CAL, *Danila. Comunicação e Trabalho Infantil Doméstico*: política, poder, resistências. Salvador: Edufba/Compós, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/19357>. Acesso em: 15 jul. 2020.

COLLINS, Patricia Hill. *Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro*. Sociedade e Estado, Brasília: UnB, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.

FRANÇA, Vera. Discutindo o modelo praxiológico da comunicação: controvérsias e desafios da análise comunicacional. In: FRANÇA, Vera; SIMÕES, Paula (org). O modelo praxiológico e os desafios da pesquisa em Comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2018, p. 89-118.

FRANÇA, Vera. *O objeto e a pesquisa em comunicação: uma abordagem relacional*. In: MOURA, Cláudia Peixoto de; LOPES, Maria Immacolata Vassallo (Org.). Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. p. 154-174.

FRANÇA, Vera. *Interações comunicativas: a matriz conceitual de G. H. MEAD*. In: PRIMO, Alex; OLIVEIRA, Ana Claudia; NASCIMENTO, Geraldo; ROSINI, Veneza (Org.). Comunicação e interações. Porto Alegre: Sulina, 2008, p. 71-91.

FRANÇA, Vera. L. *Quéré: dos modelos da comunicação*. Revista Fronteiras, São Leopoldo: UFRGS, v. 2, n. 2, p. 49-155, 2003.

FRANÇA, Vera. *Discutindo o modelo praxiológico da comunicação: controvérsias e desafios da análise comunicacional*. In: FRANÇA, Vera; SIMÕES, Paula (org). O modelo praxiológico e os desafios da pesquisa em Comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2018, p. 89-117.

FRANÇA, Vera. *Sujeito da comunicação, sujeitos em comunicação*. In: FRANÇA, Vera. Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, p. 61-88.

FRANÇA, Vera Veiga. SIMÕES, Paula G. *Curso básico de Teorias da Comunicação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

GONZALEZ, Lélia. *A categoria político-cultural de amefricanidade*. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro: UFRJ, nº 92/93, p. 69-82, 1988.

HARAWAY, Donna. *Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*. Cadernos pagu, Campinas: Unicamp, n. 5, p. 7-41, 1995.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. Ed34, 2003.

HOOKS, Bell. *Mulheres negras: moldando a teoria feminista*. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília: UnB, v. 16, p. 193-210, 2015.

LORDE, Audre. *Mulheres negras: As ferramentas do mestre nunca irão desmantelar a casa do mestre*. Tradução de Renata. Geledés [online], São Paulo, v. 10, n. 07, 2013.

LUGONES, María. *Colonialidad y género*. Tabula rasa, Bogotá: Asociación de Revistas Culturales Colombianas – ARCCA, n. 09, p. 73-101, 2008.

LUGONES, María. *Rumo a um feminismo descolonial*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis: UFSC, v. 22, n. 3, p. 935-952, 2014.

LUGONES, Maria. *Street Walker Theorizing*. In: _____. (Ed.). Pilgrimages/Peregrinajes: Theorizing Coalition Against Multiple Oppression. Lanham, Md.: Rowman & Littlefield Publisher, 2003.

MOHANTY, Chandra. *Under Western eyes: Feminist scholarship and colonial discourses*. Feminist review, Nova York: SAGE Publishing, v. 30, n. 1, p. 61-88, 1988.

QUÉRÉ, Louis. *De um modelo epistemológico da comunicação a um modelo praxiológico*. In: FRANÇA, Vera; SIMÕES, Paula (org). O modelo praxiológico e os desafios da pesquisa em Comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2018, p. 51-86.

QUIJANO, Aníbal. *A colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In: LANDER, Edgardo et al. (Ed.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales= Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, 2005.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o Subalterno Falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

[1] Tratamos de sujeitas do feminismo mesmo conscientes de que, na literatura feminista, o termo "sujeitos" ainda é utilizado, por compreendermos que a própria linguagem, ao tomar o masculino como expressão universal do gênero, bebe da fonte a partir da qual as mulheres foram [são?] subjugadas.

[2] No original: "visible la disolución forzada y crucial de los vínculos de solidaridad práctica entre las víctimas de la dominación y explotación que constituyen la colonialidad"